

Migração Madeirense para Angola e Moçambique (1940-1974)

Madeiran Migration to Angola and Mozambique (1940-1974)

*Odete Mendonça Henriques Souto*¹

Resumo

Este artigo analisa a migração madeirense para as províncias ultramarinas de Angola e Moçambique, entre 1940 e 1974, não apenas numa perspetiva regional, como, também, paralelamente com a análise do fenómeno a nível nacional, apontando a existência de semelhanças e assimetrias entre ambos os casos.

A análise multidisciplinar é privilegiada, através do recurso a diferentes áreas do conhecimento, nomeadamente sociologia, demografia e história.

Este trabalho resultou na caracterização desses fluxos em termos estatísticos, demográficos e sociais. Adicionalmente, foi possível constatar que a migração para as províncias ultramarinas foi na Madeira menos expressiva do que a ocorrida no continente português, e, sobretudo, muito menor da registada para o estrangeiro.

Palavras-chave: Migrações; Madeira; Portugal; Províncias Ultramarinas; Angola; Moçambique.

Abstract

This article analyzes the Madeiran migration to the overseas provinces of Angola and Mozambique, between 1940 and 1974, not only from a regional perspective, but also, in parallel with the analysis of the phenomenon at national level, pointing out the existence of similarities and asymmetries between the two cases.

¹ Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Licenciada em Ciências Sociais e mestre em Relações Interculturais pela Universidade Aberta. Autora de «Os “Retornados” de África – Integração na Madeira (1974-1977)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 3, pp. 649-692. Interessa-se por pesquisa multidisciplinar, com maior incidência nas áreas da sociologia, antropologia, demografia e história. Como principais temas de pesquisa os destaques vão para as migrações; identidades sociais, culturais e diversidades; relações interculturais; transnacionalismo; integração e transformação social. Endereço eletrónico: odete.mh.souto@madeira.gov.pt.

Multidisciplinary analysis is privileged, through the use of different areas of knowledge, namely sociology, demography and history.

This work resulted in the characterization of these flows in statistical, demographic and social terms. Additionally, it was possible to observe that migration to the overseas provinces was less expressive in Madeira than that which occurred on the Portuguese mainland, and, above all, much smaller than that registered abroad.

Keywords: Migrations; Madeira; Portugal; Overseas Provinces; Angola; Mozambique.

Introdução

A mobilidade é atualmente um fator promotor do desenvolvimento humano que tem vindo a provocar contínuas mudanças espaciais, territoriais e identitárias, contribuindo para a formação de sociedades multiculturais, transnacionais, diversificadas e detentoras de uma grande heterogeneidade identitária².

Como tal, o estudo da mobilidade populacional em geral e das migrações em particular, as suas dinâmicas e consequências nas sociedades, tem suscitado grande interesse por parte de académicos, cientistas, universidades e centros de investigação do nosso país, com a conseqüente proliferação de estudos científicos em torno da temática migratória.

Deste modo, encontram-se também alguns estudos de fluxos migratórios originários da Madeira (por exemplo: estudos sobre a emigração para o Havai, Venezuela, Brasil e África do Sul), no entanto, não encontramos referentes ao tema aqui em análise. Para além disso, existe um vasto trabalho a fazer na área das migrações, visto, conforme se sabe, encontrarem-se comunidades madeirenses nos quatro cantos do mundo, sendo a emigração uma característica proeminente na nossa Região. Ademais, para além da necessidade de se continuar a investir no estudo de determinados fluxos migratórios, necessitamos ainda de outros trabalhos mais abrangentes, que recaiam particularmente na análise das estruturas por detrás da própria constituição dos fluxos, sejam das emigrações ou das imigrações e também dos movimentos de retorno – também muito recorrentes na história da Madeira. Interessa perceber, para todos eles, as suas causas, dinâmicas e efeitos na sociedade madeirense.

² RAMOS, 2015, «Mobilidades e interculturalidades na contemporaneidade [...]», p. 267.

Antes de avançar, uma nota para quantificar o fenómeno migratório. Segundo a ONU, existem cerca de 281 milhões de migrantes internacionais no mundo³, o maior número de sempre. Quanto a Portugal, segundo as últimas estimativas (2017), existem cerca de 2,6 milhões de portugueses emigrados, representando 25% da sua população. Este número faz de Portugal o país da União Europeia com maior percentagem de emigrantes por população residente⁴.

A emigração continua a representar, portanto, uma característica muito importante do nosso país, tanto a nível nacional como nos arquipélagos, e o seu estudo em geral continua muito premente e atual. Desta feita, dedicamos este trabalho ao estudo do movimento migratório madeirense para as ex-colónias portuguesas de Angola e Moçambique.

A baliza temporal sobre o qual incide este estudo deriva, por um lado dos resultados da pesquisa bibliográfica que indicam que os fluxos só começaram a ganhar alguma expressão após o segundo quinquénio da década de quarenta, e, por outro, de uma questão metodológica – que tem a ver com a existência de estatísticas demográficas a partir de 1940 (e pouco mais do que isso) sobre o movimento de passageiros entre a metrópole e o ultramar. Quanto ao limite, o ano de 1974, conforme se sabe, é aquele que marca o retrocesso do movimento direcionado àquelas ex-províncias ultramarinas.

Recorremos à opinião de Joaquim Nazareth, quanto à dificuldade inerente ao estudo destes movimentos migratórios:

«Os sistemas de informação actualmente existentes em Portugal, como na generalidade dos países desenvolvidos, não estão preparados para um mundo predominantemente comandado, na sua dinâmica actual, pelos movimentos migratórios. O seu registo e a sua declaração, quer a nível interno quer a nível internacional, não são obrigatórios e o recurso a modelos probabilísticos com base na metodologia da translação, torna-se, na maior parte dos casos, muito difícil de aplicar. [...] A interdependência existente entre os diversos tipos de mobilidade espacial, tanto definitiva como temporária, bem como a existência de migrações pendulares, que por vezes se confundem com as migrações

³ As Recomendações das Nações Unidas sobre Estatísticas de Migração Internacional definem “migrante” como qualquer pessoa que mudou de país enquanto residência habitual, distinguindo entre “migrantes de curto prazo” (aqueles que mudaram por pelo menos três meses, mas menos de um ano) e “migrantes de longa duração” (aqueles que o fizeram há pelo menos um ano). No entanto, alguns países usam critérios diferentes para identificá-los, aplicando durações mínimas de residência que diferem das referidas anteriormente. Diferenças de conceitos e metodologias de coleta de dados entre os países dificultam a comparabilidade total das estatísticas sobre migrantes internacionais. Veja-se: IOM, 2020, *World Migration Report 2020*.

⁴ DGACCP, Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. e Observatório da Emigração, 2021, *Relatório da Emigração 2020*.

internas nas sociedades desenvolvidas, introduzem dificuldades adicionais na medição deste fenómeno»⁵.

Na busca por dados estatísticos acerca do movimento migratório da Madeira para as ex-colónias de Angola e Moçambique, elucidamos que o recurso às listas de passaportes emitidos pelo Estado português – utilizadas por vezes nos estudos sobre migrações – não é aplicável neste estudo, visto que para embarcar para aqueles destinos, no decorrer do período estudado, não era necessário estar munido de tal licença. Para além disso, «Como em 1907 os portugueses deixaram de precisar de passaporte para entrar nas colónias, este movimento migratório deixou de constar das estatísticas da emigração»⁶. Assim, as fontes de dados a que recorreremos foram as listas de embarque do porto do Funchal e as informações demográficas do Instituto Nacional de Estatística (INE). Quanto às primeiras, foram examinadas no núcleo museológico daquele porto⁷ e revelam-se improfícuas, pois apenas assinalam o volume de embarcados e desembarcados, não indicando o destino, nem a naturalidade dos passageiros, nem, tampouco, o motivo de viagem (se turismo ou migração). Haverá mais material na posse da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., no entanto, segundo a informação que nos foi prestada, encontra-se disperso e não catalogado, dificultando sobremaneira o acesso.

Ainda assim, estamos na posse das estatísticas demográficas do INE – que se encontram publicadas – e que, de acordo com a informação facultada tanto pela APRAM, como pela Direção Regional de Estatísticas da Madeira (DREM), foram elaboradas em articulação com informação cedida pelas entidades regionais, sendo, portanto, esses os dados estatísticos que iremos considerar. Desta forma, no apuramento dos fluxos migratórios para Angola e Moçambique, utilizamos os dados relativos ao movimento de passageiros naturais da Madeira (por via marítima). Apesar do registo destes movimentos para as províncias ultramarinas existirem só a partir do ano de 1941 – no que respeita a registos com descrição das naturalidades dos passageiros – é quanto nos basta para possibilitar a análise a que nos propomos.

Ressaltamos, porém, que a coleta e análise dos dados existentes teve como único objetivo apurar ordens de grandeza, tendências de crescimento e definhamento, comparações e outros afins e não constituir um estudo exaustivo de paradigma

⁵ NAZARETH, 2004, *Demografia – A Ciência da População*, p. 254.

⁶ CASTELO, 2004, «A Migração de Metropolitanos para Angola e Moçambique [...]», p. 1.

⁷ Agradecemos à Sr.^a Dr.^a Ana Gouveia, assessora de comunicação da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., a permissão para a consulta do volume com o Registo de Movimento do Porto do Funchal (1928-1970) no núcleo museológico desta instituição.

quantitativo que, não sendo pretensa deste trabalho, igualmente, não se afigura alcançável atendendo às dificuldades já antes referenciadas (entre outras).

Portanto, para além do recurso às estatísticas oficiais portuguesas, a investigação desenvolvida fez-se também através de uma revisão bibliográfica dos trabalhos científicos e académicos anteriormente publicados sobre o tema.

As dificuldades encontradas a nível estatístico fazem-nos compreender o motivo da ausência de estudos específicos acerca dos fluxos migratórios da Madeira para o ultramar, bem como os equívocos resultantes muitas vezes de conclusões apenas baseadas em pesquisas nacionais (que analisaram o tema em relação ao continente português). A verdade é que a Madeira tem uma especificidade própria e teve sempre um percurso migratório diferenciado quer em termos de destinos, quer de volumes e mesmo de características dos fluxos.

Breve Enquadramento Histórico da Emigração Portuguesa

A emigração em Portugal tem sido sempre efetiva e constante na sociedade portuguesa, apesar das oscilações volumétricas e variações de destinos. Frequentemente dividida em dois ciclos migratórios: o primeiro, de natureza transatlântica, iniciado em meados do século XIX, prolonga-se até finais dos anos cinquenta do século passado, o outro, surge a partir de então e é intraeuropeu⁸.

Constatamos índices bastante elevados de emigração na sua população, que rondariam os três milhões cento e setenta e cinco mil portugueses metropolitanos que deixaram o país legalmente entre 1855 e 1973⁹, número esse que, na realidade, seria bem superior, atendendo à emigração clandestina existente naquele período. Relativamente a esta questão da emigração ilegal, Maria Baganha¹⁰ refere um volume desse fenómeno na ordem dos 25%, que de acordo com Joel Serrão seria ainda superior e representaria cerca de um terço das saídas do país. Adicionamos, ainda, a afirmação de Carlos Almeida e António Barreto de que:

«Do ponto de vista da análise quantitativa, a existência de uma larga corrente clandestina sempre falseou todas as tentativas de contabilização rigorosa. Isto, não só pelo seu carácter incontrolável, mas também porque nem sempre houve interesse em tocar “na ferida”. Os números foram ignorados e mesmo camuflados durante muito tempo [...]»¹¹.

⁸ BAGANHA, 1994, «As Correntes Emigratórias Portuguesas no Século XX [...]», p. 960.

⁹ SERRÃO, 1977, *A Emigração Portuguesa*, p. 37.

¹⁰ BAGANHA, 1994, «As Correntes Emigratórias Portuguesas no Século XX [...]», p. 960.

¹¹ ALMEIDA, BARRETO, 1976, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, p. 185.

De acordo com estes autores, a emigração tem sido uma constante na história da sociedade portuguesa, com exceção do período entre 1930 e 1949 em que houve uma ligeira quebra, explicada pela crise económica do capitalismo nos anos 30 e pela guerra mundial nos anos 40¹². Opinião similar tem Marina Galvanese, referindo que «A drástica redução do número de emigrantes que passou de 23 196, em 1930, para 6033 em 1931 relaciona-se sobretudo com o período de recessão económica»¹³, acrescentando ainda que essa quebra derivou também de um regime salazarista pouco propício à emigração, bem como, das medidas protecionistas impostas pelos principais destinos da emigração portuguesa, nos quais o caso do Brasil foi o mais importante.

Com o término da II Guerra Mundial, a emigração portuguesa volta a crescer, mas a preocupação do regime em regular os fluxos emigratórios levou o Estado português a publicar, em março de 1947, o Decreto-Lei n.º 36.199, onde, no seu artigo 1.º, «Fica suspensa a emigração portuguesa, excepto quando feita ao abrigo de acordos ou convenções que regulem as condições da sua admissão e estabelecimento nos países ou regiões de destino»¹⁴. Esta medida legislativa leva ao decréscimo das saídas de portugueses para fora do país.

Constatamos que até à década de 50 mais de 80% da nossa emigração se dirigia para o continente americano, sobretudo para o Brasil «superior a 80% até 1949 e de 68% na década de 50»¹⁵. A partir deste período, dá-se um rápido crescimento das emigrações em Portugal, concomitantemente com o declínio no número de saídas dirigidas ao Brasil. São novos destinos que surgem e captam o interesse dos portugueses – países da Europa, a braços com o problema da falta de mão-de-obra necessária à reconstrução das suas infraestruturas e economias, fortemente afetadas pelos anos da guerra – como é exemplo o caso da França. Neste cenário, a mobilização do exército francês para a guerra com a Argélia, entre 1954 e 1962, e a interdição da entrada de trabalhadores argelinos no país, levam à premência de encontrar alternativas, fechando os olhos à entrada de imigrantes clandestinos no seu território.

A partir daí, uma parte do fluxo migratório – que era de natureza transatlântica – começa a se concentrar em solo europeu.

«De povoadores das terras devolutas do Novo Mundo, de trabalhadores nas fazendas de café de São Paulo, de seringueiros na Amazônia ou de construtores de novas infraestruturas nas economias em ascensão das Américas, os portugueses passaram a

¹² ALMEIDA, BARRETO, 1976, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, p. 243.

¹³ GALVANESE, 2013, *A Junta da Emigração: Os Discursos Sobre a Emigração [...]*, p. 28.

¹⁴ Dec. Lei n.º 36.199, de 29 de março de 1947, *Diário do Governo*, I Série, n.º 72 (1947).

¹⁵ BAGANHA, 1994, «As Correntes Emigratórias Portuguesas no Século XX [...], p. 960.

reconstrutores dos países devastados pela Segunda Guerra, especialmente, França e Alemanha»¹⁶.

Assiste-se assim, na década de 70, ao surgimento de um grande fluxo de emigração portuguesa para França, não apenas de cariz legal, mas também – e com elevada frequência – com recurso a métodos não legais, ou seja, viajando de forma clandestina.

A esse respeito, diz Victor Pereira:

«O número pletórico das regras, a extrema morosidade dos processos administrativos da Junta, a visão mercantilista do seu presidente e a intervenção das câmaras municipais no processo da emigração legal foram incentivos para a emigração clandestina, também alimentada pelo fluxo de refractários que fugiam ao serviço militar.»

A França torna-se o destino preferencial dos portugueses. Segundo Rocha-Trindade¹⁷, ao chegar àquele país os emigrantes portugueses deparavam-se com uma relativa facilidade em conseguir as suas regularizações, situação que fomentava um rápido crescimento da entrada de mais clandestinos. A partir do ano de 1962, calcula-se que essas deslocações ilegais tenham atingido a percentagem de 61% do volume total de entradas de portugueses naquele território.

Durante apenas 5 anos – entre 1960 e 1965 – os dados estatísticos apontam que tenham emigrado ilegalmente para aquele país cerca de 90 000 portugueses¹⁸. Estimativas feitas pelo Ministério do Interior francês, sobre o número de portugueses entrados naquele Estado, durante aquele período específico, quando comparadas com os números registados pelo Estado português, revelam uma enorme discrepância, só justificável pela forte taxa de emigração ilegal que Portugal enfrentava:

«em 1964, este número atingiu as 51 668 entradas e continuou a subir até o pico de 1970, quando foi registada a entrada de 135 667 portugueses em França. Só para se ter uma ideia do movimento clandestino, em Portugal, em 1970, registou-se a saída de apenas 21 962 emigrantes portugueses para aquele país»¹⁹.

Enquanto crescia o interesse português por destinos europeus – sobretudo a França, mas também, a Alemanha, o Luxemburgo e a Suíça – decrescia o movimento de saídas com destino ao continente americano. Enquanto isso, o Estado português tentava restringir as saídas e canalizá-las para as suas colónias em África, com o objetivo de concretizar uma profunda reorientação do seu sistema colonial. Consequentemente, os fluxos migratórios com destino aos domínios portugueses

¹⁶ GALVANESE, 2013, *A Junta da Emigração: Os Discursos Sobre a Emigração* [...], p. 29.

¹⁷ ROCHA-TRINDADE, 1995, *Sociologia das Migrações*, p. 153.

¹⁸ ALMEIDA, BARRETO, 1976, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, p. 185.

¹⁹ GALVANESE, 2013, *A Junta da Emigração: Os Discursos Sobre a Emigração* [...], p. 31.

ultramarinos de Angola e Moçambique crescem, sem conseguir, contudo, reduzir o existente interesse e preferência por destinos europeus. Quanto a este movimento de portugueses para o ultramar, iremos nos debruçar mais a fundo no capítulo seguinte deste trabalho.

Esta década de 60 foi, na generalidade, a mais intensa em termos de emigração para o estrangeiro, onde entre os anos 1961 e 1966 saíram de Portugal cerca de 85 000 indivíduos ao ano, sendo que, só nesse último ano – o maior em termos de registos – estima-se que tenham partido cerca de 131 000 portugueses. E isto sem contar com os ilegais que, conforme já falado anteriormente, eram em bastante elevado número²⁰. As causas desta forte emigração seriam sobretudo de natureza económica, causadas pela crise da agricultura; o desequilíbrio na distribuição da propriedade; a baixa produtividade; a persistência de técnicas tradicionais de cultivo; a tardia e incipiente industrialização e a demora na modernização da economia nacional²¹.

A acrescer aos fatores de repulsão do país, o excedente populacional trazia dificuldades visto que «Portugal contava com um milhão de trabalhadores em excesso no sector agrícola»²². A essas causas conjugavam-se, ainda, características atrativas que alguns países europeus começaram a exercer para os portugueses insatisfeitos com a sua situação, como por exemplo: a facilidade em encontrar trabalho, os melhores salários e a possibilidade de legalização nos países de acolhimento. Para além de tudo isso:

«Certamente houve ainda motivos de ordem conjuntural que contribuíram para o *boom* emigratório dos anos 1960 para a Europa tais como: o início da Guerra Colonial em Angola, da qual fugiram muitos mancebos, a não participação política dos portugueses durante o regime salazarista, a facilidade com que se cruzava a *salto* a fronteira terrestre portuguesa e a maior proximidade dos novos países acolhedores»²³.

Os destinos da emigração portuguesa evidenciam uma deslocação que seguia alinhada aos movimentos de trabalho verificados na altura, sendo uma partida predominantemente masculina e em idade ativa. A «emigração portuguesa foi e é, essencialmente, um movimento internacional de trabalho, que, pelo volume que atingiu e pelas remessas que gerou, teve necessariamente um enorme impacto na sociedade e na economia portuguesas»²⁴. Na verdade, de acordo com Maria Baganha, as remessas dos emigrantes portugueses tiveram um peso crescente em relação ao

²⁰ ALMEIDA, BARRETO, 1976, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, p. 177.

²¹ CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento de Angola [...]*, p. 172.

²² PEREIRA, 2009, «Ineficiência, fragilização e duplicidade. O Velho Estado Novo [...]», p. 47.

²³ GALVANESE, 2013, *A Junta da Emigração: Os Discursos Sobre a Emigração [...]*, p. 33.

²⁴ BAGANHA, 1994, «As Correntes Emigratórias Portuguesas no Século XX [...]», p. 962.

PIB que rondaria os 2% na década de 50, 4% na década de 60 e 8% na década de 70²⁵, sendo, portanto, reconhecido o grande impacto da emigração tanto na demografia como na economia nacional. Igualmente, Victor Pereira afirma que «A saída da mão-de-obra excedentária também contribuía para a modernização do aparelho produtivo, nomeadamente a concentração das unidades de produção, o aumento da produtividade e da qualidade da produção.»²⁶

Entre os anos de 1969 e 1973, de acordo com Joel Serrão²⁷, verificou-se uma média de 141 000 saídas ao ano, onde a emigração clandestina atingia os quase 55%. O ano de 1970 é referenciado como o ano em que se atinge o pico mais elevado de saídas populacionais em toda a história das emigrações portuguesas, calculando-se que só nesse ano tenham partido cerca de 173 000 pessoas do país. Segundo este autor, no ano de 1973, os emigrantes portugueses a viver em países europeus concentravam-se em maior número na França, cuja população portuguesa estimava-se em cerca de 773 000 indivíduos, na Alemanha com uma comunidade de cerca de 110 000 e em terceiro lugar em Espanha com cerca de 26 300 portugueses. Havia ainda comunidades de emigrantes – em menor escala – em Inglaterra, Luxemburgo, Holanda, Bélgica, Suíça, Itália e Suécia.

Portugueses com Destino às Colónias de Angola e Moçambique

De acordo com MacQueen²⁸, o domínio português em África consolidou-se em 1913 relativamente a Moçambique, 1914 em relação a Angola e 1915 face à Guiné. Simultaneamente, com o domínio militar, desenvolveram-se as estruturas administrativas, exploraram-se os recursos económicos desses territórios e promoveu-se a migração portuguesa para o respetivo local. Dados apresentados por Cláudia Castelo²⁹ indicam que a população branca de Angola no ano de 1920 rondava as cerca de vinte mil pessoas e a de Moçambique cerca de onze mil indivíduos. Após o ano de 1927 dá-se um aumento significativo da migração para o espaço angolano que «relaciona-se provavelmente com a política de povoamento branco do alto-comissário da República para Angola, Vicente Ferreira»³⁰. Quanto a Moçambique, a migração é

²⁵ BAGANHA, 1994, «As Correntes Emigratórias Portuguesas no Século XX [...]», p. 960.

²⁶ PEREIRA, 2009, «Ineficiência, fragilização e duplicidade. O Velho Estado Novo [...]», p. 3.

²⁷ SERRÃO, 1977, *A Emigração Portuguesa*, pp. 63-66.

²⁸ MACQUEEN, 1998, *A Descolonização da África Portuguesa [...]*, pp. 24-29.

²⁹ CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento de Angola [...]*, p. 172.

³⁰ CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento de Angola [...]*, p. 174.

gradual entre 1927 e 1930, mas numericamente modesta comparativamente ao que sucedia em relação a Angola. A inversão deste movimento de crescimento do fluxo migratório dirigido àquelas colónias portuguesas ocorre no ano de 1930 e dura até 1937. A mudança estaria relacionada com a «conjuntura internacional criada pela “Grande Depressão” de 1929 e da política de equilíbrio das contas públicas de Oliveira Salazar»³¹.

Pela análise das estatísticas demográficas do INE, com incidência no movimento de passageiros embarcados na metrópole com destino às colónias portuguesas, constata-se que no início dos anos quarenta o número de deslocados de Portugal para aqueles territórios era tímido, porém gradual, até ao ano de 1946. O ano de 1947, tanto para Angola quanto para Moçambique, marca o início de um fluxo migratório de maior magnitude visto ter praticamente triplicado – em ambos os casos – relativamente ao ano precedente, passando das cerca de 2900 fixações³² para as aproximadas 8500. De acordo com Cláudia Castelo, este aumento poderá estar associado ao:

«crescimento económico destes territórios no período da Segunda Guerra Mundial, tornando-os destinos atractivos aos olhos dos potenciais emigrantes portugueses. A juntar à favorável situação económica das colónias, refira-se igualmente o impacto da política de colonização conduzida pelo governo de Lisboa no volume das saídas para o ultramar»³³.

O ano seguinte, 1948, foi ano de descida do número de embarques, bem como, de aumento do número de desembarques, fazendo com que o saldo de fixações no ultramar tenha tido uma quebra para pouco mais da metade do ano anterior. No ano de 1949 voltam a subir os volumes de fixações, em ambos os territórios, até ao ano de 1960 (com algumas oscilações). O ano de 1961 foi ano de regressos, mas, no caso de Angola originou um saldo negativo de fixações na ordem dos 8 000 indivíduos.

Esta perda de interesse relacionar-se-ia com a guerra colonial, que teve início no território angolano nesse ano, após ataques às fazendas do Norte, levados a cabo pela União dos Povos de Angola (UPA). Não obstante, um ano mais tarde – 1962 – regista-se o regresso de muitos dos que haviam partido no ano anterior,

³¹ CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento de Angola* [...], p. 174.

³² O termo aqui empregue e que será utilizado ao longo do trabalho – fixações – resulta do cálculo da diferença entre portugueses embarcados na metrópole com destino às colónias *versus* portugueses desembarcados na metrópole provindos das colónias, representando assim o número de pessoas estabelecidas nas províncias ultramarinas.

³³ CASTELO, 2004, «A Migração de Metropolitanos para Angola e Moçambique [...]», pp. 2-3.

atingindo o saldo aproximado de 15 500 entradas. De acordo com Cláudia Castelo, essa inversão do processo de deslocamento derivou da «certeza transmitida pelo governo de Lisboa de que não iria ceder como sucedera no Congo Belga e da total liberalização da migração no espaço nacional»³⁴. Verifica-se que os picos migratórios portugueses para Angola e Moçambique ocorreram, em ambos os casos, já na década de 60, mais precisamente, em 1960 no caso de Moçambique, e em 1962 no caso de Angola.

Não obstante, em termos gerais, a década de 50 foi a que teve maior incidência de deslocações para o ultramar, tendo sido a colónia angolana que mais atraía os metropolitanos, resultando em números bem mais expressivos de fixações. As exceções à regra aconteceram nos anos 1960, 1961 e 1963 (anos em que os portugueses se fixaram mais em Moçambique).

Após o ano de 1963, o número de fixações de portugueses em Angola vai decrescendo até ao ano de 1974, apesar de algumas oscilações positivas, ano em que se atinge um saldo negativo e que, a partir do qual, conforme se sabe, ocorre o maior fluxo de retorno de nacionais para Portugal. Relativamente a Moçambique, este fluxo encontra-se também em quebra – mais evidente a partir do ano de 1966.

Estes movimentos migratórios tiveram o retrocesso final após o 25 de Abril em Portugal e a subsequente descolonização portuguesa. Consequentemente, entre os anos de 1974 e 1975, o país recebeu cerca de meio milhão de pessoas retornadas de África, naquele que foi o maior movimento populacional da história recente de Portugal e um dos maiores de toda a Europa.

Antes de avançamos, deixamos aqui uma nota para uma evidência que se nos afigura importante assinalar, que é o facto dos dados analisados permitirem desde já constatar que estes fluxos migratórios para as ex-colónias de Angola e Moçambique correspondem a uma pequena percentagem da emigração portuguesa em geral. Isto vai, aliás, ao encontro da análise feita por Cláudia Castelo:

«Ao longo destes 32 anos, a média anual da migração para as províncias ultramarinas não foi além de 20% do total do movimento emigratório global. Considerando a retórica do Estado Novo em torno do povoamento branco, aquele valor mostra-se insignificante»³⁵.

No caso da Madeira, conforme veremos mais adiante, a expressividade do fenómeno – inserida no contexto geral das suas emigrações – ainda é menor.

³⁴ CASTELO, 2007, *Passagens para África, O povoamento de Angola [...]*, p. 176.

³⁵ CASTELO, 2004, «A Migração de Metropolitanos para Angola e Moçambique [...]», p. 6.

Conjuntura Socioeconómica da Madeira

Na Madeira, o século XX inicia-se com fome, pobreza extrema e doenças. Com a entrada na primeira guerra mundial e consequente diminuição do tráfego marítimo na ilha, as dificuldades, que já eram grandes, aumentaram:

«determinando o aparecimento das tradicionais Crises de Subsistência e até fomes [...] a situação económica e financeira portuguesa e insular atingiu um estado de completa degradação, nomeadamente um estrondoso défice orçamental e uma ruínosa inflação, pois a moeda entrou em queda vertical, ao ponto de em cinco anos, ou seja, de 1919 a 1923, o escudo ter baixado vinte vezes de valor, em relação à libra inglesa. A toda essa difícil situação económica juntava-se uma grande instabilidade política, um feroz anticlericalismo e muitos conflitos sociais»³⁶.

Sendo a emigração uma característica proeminente da sociedade portuguesa, conforme visto anteriormente,

«nas ilhas assume uma dimensão ainda maior. Os indicadores revelam saídas populacionais várias vezes superiores às encontradas no continente. A importância da emigração insular requer uma análise particular das suas especificidades e também das suas semelhanças com o que se verifica no continente»³⁷.

Alberto Vieira referia que a emigração na Região era «como válvula de escape para as limitadas possibilidades do Arquipélago»³⁸. A estas limitações, espaciais e outras, decorrentes da sua própria situação de insularidade, convergiam ainda uma multiplicidade de fatores que contribuía, sobremaneira, para as dificuldades que a população enfrentava na ilha, fatores esses sobre os quais passaremos a discorrer.

Uma dessas dificuldades é a que diz respeito ao volume demográfico verificado naquela época. Com uma população a rondar os 150 000 habitantes no início do século XX, a Região passava por um período de franco crescimento populacional, que «Em 1950 atinge o seu valor máximo com 270 000 habitantes: um número muito elevado atendendo a que cerca de seis décadas antes o quantitativo se cifrava em cerca de metade»³⁹. Este crescimento populacional contrariava o recomendável, se atendermos à miséria em que vivia a grande maioria da população madeirense, fazendo-se os recursos existentes ainda mais limitados. Essa forte pressão demográfica é visível nos dados apresentados por Isabel Oliveira⁴⁰, em seu estudo demográfico de 2013, no qual se constata que entre meados do século XIX e XX, as taxas de

³⁶ NEPOMUCENO, 2003, *História da Madeira – Uma Visão Actual*, pp. 332-333.

³⁷ OLIVEIRA, 1997, «Emigração nas Ilhas Portuguesas [...]», p. 215.

³⁸ VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, p. 139.

³⁹ OLIVEIRA, 2013, «O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas [...]», p. 105.

⁴⁰ OLIVEIRA, 2013, «O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas [...]», pp. 105-135.

crescimento populacional situaram-se entre os 10% e os 16% anuais. A partir de 1940, o crescimento demográfico sofre uma quebra gradual (ainda mais acentuada após os anos 50) que está associada, com efeito, à forte taxa de emigração registada na Região naquelas décadas. A respeito, de acordo com Nelly de Freitas «a miséria e a fome eram agravadas também pelo serviço militar obrigatório (que tirava os braços jovens do trabalho de subsistência das famílias) e pela escassez progressiva de áreas de cultivo devido ao constante crescimento demográfico»⁴¹.

Vivia-se assim um período muito difícil da nossa história socioeconómica, sendo a Madeira uma das Regiões mais fustigadas do país. De acordo com Rui Nepomuceno⁴², no decorrer do regime do Estado Novo – entre 1933 e 1974 – os madeirenses foram muito penalizados com pesados impostos, sujeitos a um regime centrista e autoritário. A esmagadora maioria da população vivia na penúria, sendo explorada e com um rendimento mensal de pouco mais de metade da média do país. O investimento público na educação da população não se afigurava importante, resultando numa elevada taxa de analfabetismo e baixa escolaridade: nos anos 60 mais de 50% da população madeirense era analfabeta e cerca de 80% dos jovens não conseguia terminar a instrução primária. As escolas eram poucas e os professores, muitos deles, nem tinham habilitações para lecionar.

Iguais opiniões têm Rui Vieira e João Abel de Freitas, que adicionam ainda o problema da larga dependência do exterior no abastecimento da Madeira, concluindo que a Região «apresentava características próximas de zonas em subdesenvolvimento»⁴³ e Rui Carita que fala da «extrema pobreza da maior parte da população obrigada a emigrar para não morrer de fome, sujeita na Madeira ao injusto e complexo contrato de colónia ou às difíceis condições da incipiente indústria»⁴⁴.

Em termos de atividade económica, vivia-se sobretudo da agricultura, que não passava de uma plantação de subsistência, usando ainda técnicas rudimentares de cultivo e sujeitos ao referido regime vigente⁴⁵. Este contrato constituía um fator de instabilidade para os colonos, visto o senhorio ser o detentor da posse do terreno e, desta feita, ter o poder de a qualquer momento dar por extinta a relação entre

⁴¹ FREITAS, 2013, «Entre as vinhas e os Cafezais: o Perfil dos Madeirenses [...]», pp. 82.

⁴² NEPOMUCENO, 2003, *Uma perspectiva da História da Madeira*, pp. 295-319.

⁴³ VIEIRA, FREITAS, 2008, «A Economia da Madeira no período pré-autonómico», p. 149.

⁴⁴ CARITA, 2017, *História do Funchal*, p. 190.

⁴⁵ No contrato de colónia o dono da terra, denominado senhorio, entregava-a a um agricultor, denominado colono, que deveria desbravar e cultivar. A produção era então dividida: uma parte para o senhorio (normalmente metade) e o restante para o agricultor. O regime de colónia na Madeira terá surgido no século XVII e só veio a ser abolido no ano de 1977 por Decreto-Lei (Dec. Lei 13/77/M, de 18 de outubro, Jornal Oficial n.º 1, 2.º Suplemento).

ambos, sem necessidade de justificação, tendo apenas de pagar as benfeitorias, caso as houvesse, construídas pelo colono (muros, levadas, palheiros, lagares, etc.). Ora, seria de prever que um sistema com essas características o destituísse de qualquer apego, ou sentimento vincutivo de pertença, que seria de primordial importância na criação de raízes ao lugar de habitação.

Para além desta grande dificuldade que os agricultores enfrentavam, na prossecução do exercício da atividade agrícola, outro entrave ao cultivo resultava da própria orografia da ilha que, sendo bastante irregular e acidentada, condicionava grandemente as possibilidades de cultivo, que não iria além dos 30%⁴⁶. De acordo com Susana Prada, «a ilha da Madeira apresenta um relevo muito acentuado com 1/4 da sua superfície acima dos 1 000 m de altitude e declives elevados. Cerca de 65% da superfície da ilha tem declives superiores a 25% [...]. As áreas planas, ou relativamente planas, são escassas»⁴⁷. Por esse motivo, foram criados socalcos para poder dar aproveitamento aos terrenos com declive, no entanto, tais condições impediam a utilização de técnicas mais modernas de cultivo, fazendo da agricultura uma atividade braçal, dura e pouco rentável.

Não obstante, no período estudado, a agricultura era ainda a principal atividade económica da população madeirense. De acordo com Isabel Oliveira⁴⁸, 63,4% dos homens trabalhavam na agricultura na década de 40, na década de 50 eram cerca de 68,5% e na de 60 rondavam os 56%.

A Madeira exportava alguns produtos, dos quais se destacam o vinho, os bordados e vimes e, em contrapartida, importava variados produtos de subsistência, dos quais o cereal era o mais importante.

No entanto, a atividade económica mais lucrativa na Região era já o turismo, que até à segunda guerra mundial fazia entrar cerca de 150 000 visitantes anuais na Madeira, o que constituía, por isso, uma importante fonte de receita. Com a guerra, a ausência de embarcações no porto do Funchal trouxe graves consequências à já parca economia da ilha, primeiramente porque extinguiu a fonte de receita provinda do turismo, segundo, porque repercutiu-se também de forma direta no abastecimento de alimentos para a Região, provocando uma carência alimentar generalizada e, por outro lado, levou também a uma crise das exportações madeirenses tanto do vinho quanto dos vimes⁴⁹.

⁴⁶ VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, p. 168.

⁴⁷ PRADA, 2000, *Geologia e Recursos Hídricos Subterrâneos da Ilha da Madeira*, p. 78.

⁴⁸ OLIVEIRA, 2013, «A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas [...]», p. 114.

⁴⁹ VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, pp. 200-201.

No sector da saúde, para a maioria da população, o acesso à assistência médica e medicamentosa era praticamente nulo, pois no espaço insular escasseavam especialistas e hospitais⁵⁰.

E na área da habitação social:

«Milhares de pessoas viviam em condições deploráveis, habitando tugúrios sem água canalizada, nem luz eléctrica ou saneamento básico; sendo que muitos até moravam em furnas, na mais degradante promiscuidade e como se estivessem em pleno Paleolítico.»⁵¹

Análise dos Fluxos Migratórios Madeirenses (1940-1974)

Toda a conjuntura socioeconómica descrita tornava a emigração atrativa aos olhos dos madeirenses que procuravam “fugir” às dificuldades e encontrar melhores condições de vida mesmo que, para isso, houvesse necessidade de abandonar o seu local de origem.

Com a demanda dessa procura, surge a partir do século XX um tipo de movimento de aliciamento, levado a cabo pelos denominados “angariadores”, que cativavam através da promessa de trabalho em outros países. Ademais, após o ano de 1947, com a criação da Junta de Emigração, passam a ser publicados anúncios na imprensa madeirense sobre inscrições para emigrar para determinados destinos, com garantias de contratos de trabalho e oferecendo algumas regalias⁵².

Posto isto, salientamos que em termos gerais a Madeira sempre teve dos mais altos índices de emigração do país, conforme evidencia o estudo de Isabel Oliveira⁵³, onde verificamos ter estado sempre – no recorte temporal no qual incide este trabalho – muito acima da média do país. De acordo com o referido estudo, na década de 40 a Madeira teve uma taxa bruta de emigração intercensitária de 6,2%, muito superior, portanto, à média de 1,1% do país. Na década seguinte essa taxa sofreu um grande aumento na Região para cerca do triplo – fixando-se nos 18,1% – enquanto a média do país se fixou nos 4%. Já na década de 60 tivemos uma taxa bruta de emigração na ordem dos 13,1%, quase o dobro da média do país (7,8%), só superada pela taxa registada nos Açores (24,5%). Na década de 70, o volume do fluxo de emigração madeirense diminuiu para cerca de 8,9%, tendência registada também no restante país, com exceção dos Açores que teve nova subida.

⁵⁰ NEPOMUCENO, 2003, *Uma perspectiva da História da Madeira*, pp. 295-319.

⁵¹ NEPOMUCENO, 2006, *História da Madeira – Uma Visão Actual*, p. 393.

⁵² GOMES, 2018, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)*, pp. 34-47.

⁵³ OLIVEIRA, 2006, «Indicadores Demográficos nas Regiões Portuguesas [...]», pp. 141-154.

De acordo com Alberto Vieira, a Madeira foi sempre, ao longo da sua história, um centro de emigração:

«As limitadas possibilidades do espaço e recursos obrigaram a maioria dos madeirenses a procurar vida e fortuna noutras paragens. Deste processo resultou a projecção da Madeira nos quatro cantos do mundo. Hoje a comunidade de madeirenses e seus descendentes espalhada pelo mundo ultrapassa um milhão, sendo a África do Sul e a Venezuela os países com maior concentração»⁵⁴.

Essa multidirecionalidade da nossa emigração – que resultou na fixação de madeirenses nos quatro cantos do mundo – é verificável através da análise dos fluxos migratórios que passaremos de seguida a descrever.

Começamos pelo século XIX, onde se destacam dois grandes polos de atração dos nossos emigrantes: Antilhas Inglesas e Havai⁵⁵. Na época, o Funchal era já um porto de passagem da quase totalidade das embarcações britânicas, existindo também três armadores que faziam a ligação da Madeira às ilhas de Trindade e Demerara, facto que substanciava a atração dos madeirenses por aqueles territórios⁵⁶.

Com o virar do século e até à década de 20, as saídas populacionais são muito significativas. Destacam-se as partidas para o Brasil e América do Norte, coexistindo também emigração para Austrália e África do Sul (em números, ainda assim, muito menos expressivos).

A partir de então, dá-se um forte recuo dos fluxos de emigração – é a época das restrições impostas pelos EUA às entradas no país, da recessão económica mundial e da segunda guerra mundial⁵⁷ – e esta conjuntura internacional afeta a economia da ilha, nomeadamente, faz crescer os níveis de pobreza e instabilidade na sua população.

Entretanto, com o pós-guerra, dá-se um novo impulso no fluxo migratório madeirense, onde as saídas são três vezes superiores ao volume anterior, verificando-se também uma grande percentagem de emigração ilegal. Surgem novos destinos, primeiro o Curaçau, que entre 1944 e 1945 absorve a quase totalidade dos emigrantes madeirenses, voltando depois, em 1946, o Brasil a reconquistar os emigrantes madeirenses (atraindo aproximadamente metade do fluxo)⁵⁸.

A década de 50, conforme descrito anteriormente, foi o período com maior intensidade migratória da Madeira (com uma taxa bruta de emigração de cerca de

⁵⁴ VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, p. 249.

⁵⁵ OLIVEIRA, 1997, «Emigração nas Ilhas Portuguesas [...]», p. 216.

⁵⁶ TEIXEIRA, 2009, *Entre a Madeira e as Antilhas [...]*, p. 9.

⁵⁷ OLIVEIRA, 1997, «Emigração nas Ilhas Portuguesas [...]», pp. 216-218.

⁵⁸ OLIVEIRA, 2013, «O Arquipélago da Madeira [...]», pp. 105-135.

18%). Podemos apontar algumas razões para o crescimento exponencial da emigração verificado nessa década. Primeiro, após o ano de 1952 surge um novo fenómeno no panorama migratório da Região, trata-se do início da emigração sazonal para a Inglaterra, sobretudo para as ilhas do Canal, onde «Estes madeirenses, ocupados na hotelaria, deslocavam-se na época de Verão rumo a este destino para trabalhar no mesmo sector, regressando à Ilha para a época invernal»⁵⁹. Segundo, entre os anos 1952 e 1954, aumenta a emigração para o Brasil e surge uma nova e importante corrente migratória – o fluxo dirigido à Venezuela (que até então recebia uma fatia de volume residual da emigração madeirense) –, e que vai, gradualmente, se tornar o destino preferencial da emigração madeirense⁶⁰. Para além destes destinos, emigravam também para o Canadá, EUA, África do Sul, Austrália e as ex-colónias portuguesas de Angola e Moçambique⁶¹.

O fluxo migratório para a Venezuela, que era relativamente baixo e inconstante até ao ano de 1951, começa então a expandir-se até ao ano de 1957, no qual atinge o seu volume mais elevado – partida de cerca de 2 400 indivíduos – começando então a decrescer progressiva e gradualmente. Em comparação com o Brasil (destino preferencial dos emigrantes madeirenses) constatamos, pela análise de dados, que só a partir do ano de 1954 o volume de embarcados para a Venezuela ultrapassa o número de embarcados para a região brasileira e, a partir de então, o fluxo migratório madeirense com esse mesmo destino foi sempre decrescente enquanto que o dirigido à Venezuela se manteve na liderança⁶².

De acordo com Joselin Gomes, a forte taxa de emigração verificada nos anos 70 estaria de algum modo relacionada com a guerra do ultramar, período no qual a iminência dos jovens vir a ser chamados para integrar as forças militares portuguesas, nos combates em África, invocava uma ação repulsora, provocando o abandono da sua terra natal, por parte de muitos homens naquele período: «muitos adolescentes, entre os quais madeirenses, emigraram para países como Venezuela, Brasil e França. Foi a Guerra das Colónias que provocou o maior surto de emigração para estes países»⁶³.

Ainda nesta década, com o surgimento de novas ligações aéreas, dá-se, para além do aumento do turismo, um crescimento das saídas populacionais destinadas

⁵⁹ VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, p. 144.

⁶⁰ OLIVEIRA, 2013, «O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas [...]», pp. 105-135.

⁶¹ VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, pp. 144-145.

⁶² GOMES, 2018, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)*, pp. 70-74.

⁶³ GOMES, 2018, *Emigração madeirense para a Venezuela (1940-1974)*, p. 58.

à emigração. De acordo com Isabel Oliveira, «em apenas uma década a Madeira perde cerca de 25% da sua população devido a migrações; um valor muito significativo, tanto mais que na década anterior a perda já se cifrava em cerca de 19%»⁶⁴. Não obstante, nesse mesmo período, enquanto em Portugal se tentava, infrutuosamente, evitar a emigração dos nossos jovens, na Venezuela, contrariamente, se procurava incentivar os emigrantes europeus a adquirir a nacionalidade venezuelana, situação essa que não abonava a favor das intenções do governo português. Como resultado, por volta do ano de 1960 «a população portuguesa na Venezuela era superior a 40 000, sendo constituída na sua maioria por madeirenses»⁶⁵. E, entre os anos de 1964 e 1972, aquele país continuou a ser o principal destino dos emigrantes insulares – abarcando cerca de 78% do volume total de saídas – e os destinos europeus passam a ser a segunda escolha – numa percentagem equivalente a 17% – após o ano de 1969⁶⁶.

Diz Isabel Oliveira, no que se concerne à década de 60: «em apenas uma década a Madeira perde cerca de 25% da sua população devido a migrações; um valor muito significativo, tanto mais que na década anterior a perda já se cifrava em cerca de 19%.»⁶⁷

Só a partir dos anos 70, com a crise petrolífera, o fim do Estado Novo e o retorno da ex-colónias portuguesas, dá-se uma quebra significativa no volume do fluxo de emigração madeirense.

Migração Madeirense para as Províncias Ultramarinas de Angola e Moçambique

Pela análise das estatísticas demográficas do INE⁶⁸, no que diz respeito ao movimento de passageiros naturais da Madeira com destino ao ultramar (Angola e Moçambique) – representados no gráfico n.º 1 – a primeira conclusão a retirar diz respeito ao início dos fluxos aqui em estudo. Fica pois claro, que até ao ano de 1947 a migração madeirense com destino às ex-colónias anteriormente referidas era praticamente inexistente. Esta baixa migração para aqueles destinos é coincidente, efetivamente, com a situação verificada no restante território nacional. Só após esse ano de 1947, o embarque de madeirenses para aqueles destinos começa a ganhar

⁶⁴ OLIVEIRA, 2013, «O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas [...]», p. 109.

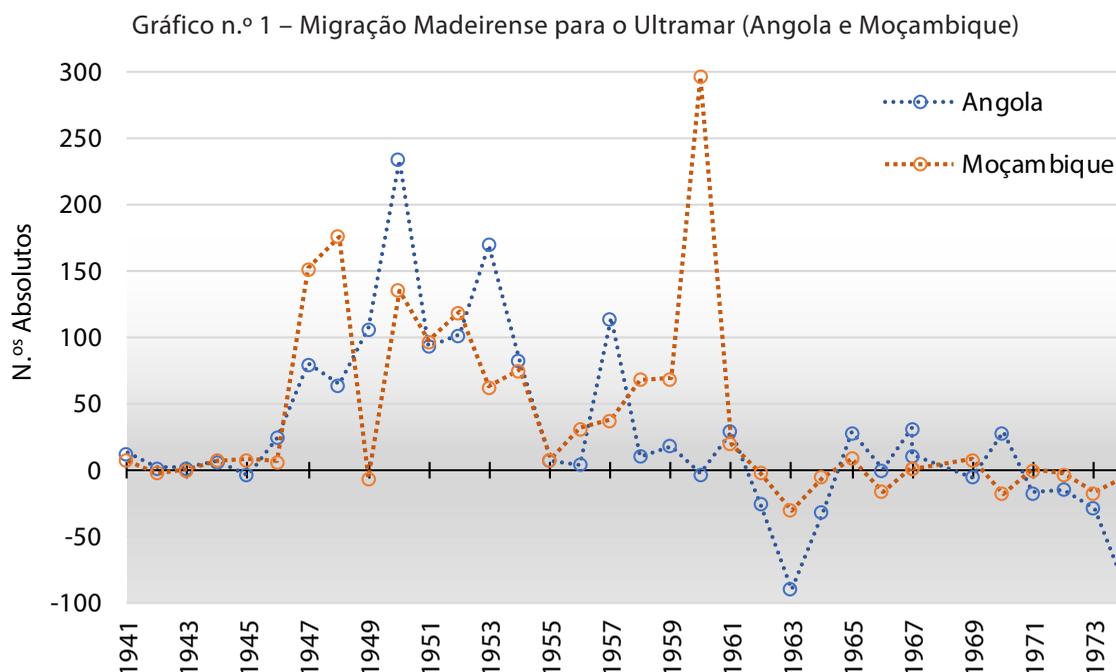
⁶⁵ VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, p. 144.

⁶⁶ OLIVEIRA, 2013, «O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas [...]», pp. 105-135.

⁶⁷ OLIVEIRA, 2013, «O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas [...]», p. 109.

⁶⁸ Nos seus anuários estatísticos.

alguma expressão, verificando-se, contudo, uma grande inconstância nos respetivos fluxos. É também notório que, entre 1955 e 1956, houve uma quebra nos saldos migratórios para aqueles destinos, bem como, o retrocesso dos deslocamentos após o ano de 1961.



Fontes: INE, 1943-1975: *Anuário Estatístico* (1941 e 1942); *Anuário Estatístico do Império Colonial* (1943 a 1949); *Anuário Estatístico do Ultramar* (de 1950 a 1960); *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar* (de 1961 a 1965); *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas* (de 1966 a 1973); *Estatísticas Demográficas, Continente e Ilhas Adjacentes* (1974).

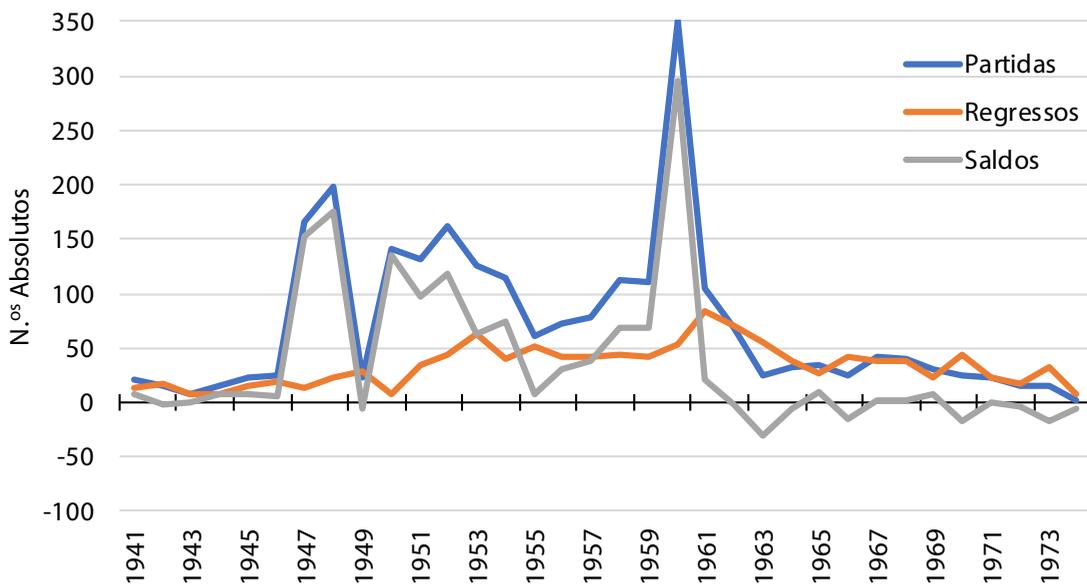
É nossa convicção que o surgimento de interesse por parte dos madeirenses pelo ultramar, a partir de 1947, derivou da criação da Junta de Emigração – que, conforme já referido anteriormente, ocorreu em outubro desse ano – e do subsequente incentivo à migração para aqueles destinos, seja através da publicação de anúncios para inscrições em ofertas de trabalho, quer pela informação prestada sobre a facilidade de embarcar sem passaporte – que era desnecessário para aqueles destinos (correspondendo a uma diminuição das respetivas despesas e transtornos burocráticos) –, ao que acrescia ainda a melhor situação económica que lá se vivia, comparativamente com a realidade da Madeira.

Comparados os fluxos de embarcados madeirenses para as províncias de Angola e Moçambique, verificamos, ainda, que cada um desses movimentos dispõe das

suas próprias características e especificidades, havendo semelhanças, mas também dissimetrias entre ambos (ver gráficos n.º 1, 2 e 3).

Desta forma, analisaremos agora cada um dos casos em separado. Começando por Moçambique – que cativou primeiro a atenção dos madeirenses – verifica-se que, entre os anos de 1947 e 1948, recebeu cerca de centena e meia de passageiros anuais. No ano seguinte, houve uma grande quebra nesse fluxo e o número de regressos à Madeira foi superior ao número de saídas, resultando num saldo negativo de fixações. Em 1950, torna a subir o volume migratório madeirense para aquele destino, fixando-se nos cerca de cento e trinta indivíduos. Nos anos subsequentes, de 1951 a 1952, há registo de cerca de uma centena de fixações anuais. A partir daí, os saldos são sempre baixos até ao ano de 1960, em que triplica o número de embarcados para aquela colónia e as fixações estimam-se em cerca de trezentas. Este grande interesse por Moçambique, nesse ano, foi também verificado a nível nacional, tendo sido o ano de maior afluência lusitana. Após isso, volta a cair enormemente a procura daquele destino, pelos madeirenses, não voltando mais a recuperar os movimentos do passado – passam a ser anos de retorno – consolidados em saldos anuais sempre muito reduzidos ou nulos e frequentemente negativos (ver gráfico n.º 2).

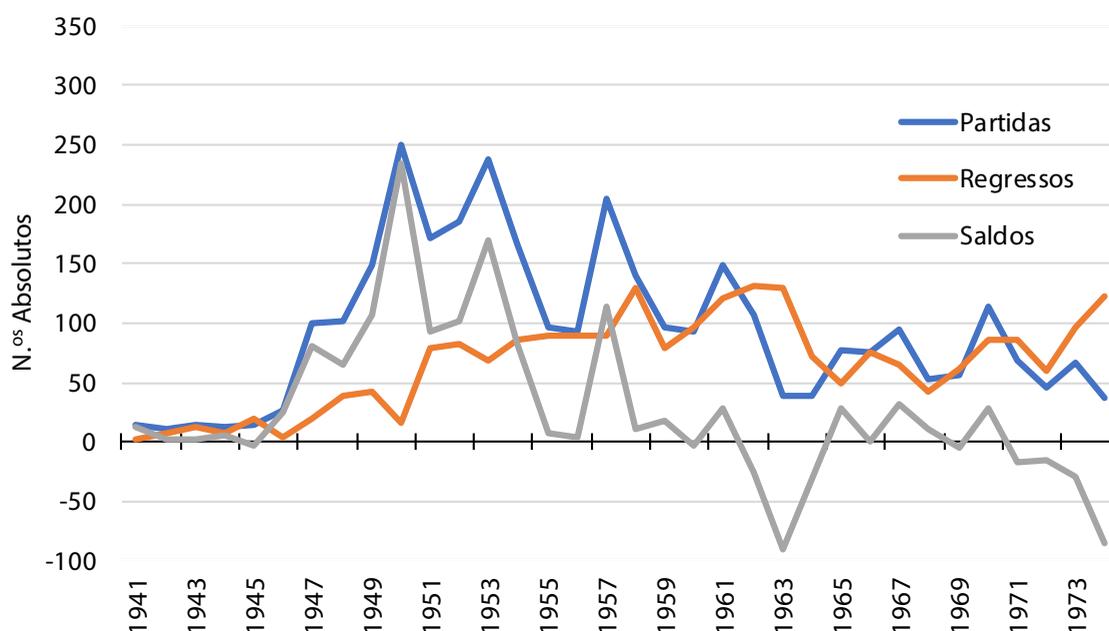
Gráfico n.º 2 – Migração Madeirense para Moçambique



Fontes: INE, 1943-1975: *Anuário Estatístico* (1941 e 1942); *Anuário Estatístico do Império Colonial* (1943 a 1949); *Anuário Estatístico do Ultramar* (de 1950 a 1960); *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar* (de 1961 a 1965); *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas* (de 1966 a 1973); *Estatísticas Demográficas, Continente e Ilhas Adjacentes* (1974).

Relativamente a Angola, o início do movimento de embarques de passageiros madeirenses ocorre, igualmente, a partir do ano de 1947 – nesse ano e seguinte embarcam cerca de uma centena de indivíduos por ano – mas cujo movimento contrário (desembarques) ultrapassa as duas dezenas anuais, ou seja, o saldo de fixações não chega à centena. No ano de 1949, registam-se cerca de uma centena de fixações e no ano seguinte atinge-se um número superior a duzentos. Depois disso, só no ano de 1953 voltou a haver um saldo mais expressivo: cerca de 170 fixações. Há ainda a assinalar que a partir do ano de 1955 – com exceção do ano de 1957 (que registou pouco mais de uma centena de fixações) – os saldos migratórios madeirenses para aquele território foram sempre bastante reduzidos ou nulos e muitas vezes negativos (ver gráfico n.º 3).

Gráfico n.º 3 – Migração Madeirense para Angola



Fontes: INE, 1943-1975: *Anuário Estatístico* (1941 e 1942); *Anuário Estatístico do Império Colonial* (1943 a 1949); *Anuário Estatístico do Ultramar* (de 1950 a 1960); *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar* (de 1961 a 1965); *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas* (de 1966 a 1973); *Estatísticas Demográficas, Continente e Ilhas Adjacentes* (1974).

Agora, comparando ambos os fluxos migratórios entre si, bem como com o que se passava a nível nacional e com a restante emigração madeirense, constata-se primeiramente que, não obstante os respetivos fluxos dirigidos às ex-colónias de Angola e Moçambique terem começado no mesmo ano – ano de 1947 –, em termos de volume, uma maior afluência começou por acontecer primeiramente para Moçambique – isto na década de 40 – mais propriamente entre 1947 e 1948

(excetuando o ano “anormal” de 1960), enquanto para Angola, distintivamente, esse movimento ocorreu já na década de 50, mais concretamente entre 1950 e 1957⁶⁹. É também possível constatar que o movimento migratório madeirense dirigido às províncias ultramarinas é bem menor e pouco expressivo comparativamente com o verificado no continente português, pelo que corroboramos aqui a afirmação de Cláudia Castelo de que «As regiões que menos contribuíram para a migração ultramarina foram as ilhas adjacentes»⁷⁰. Para além disso, os fluxos migratórios em análise neste trabalho cessaram bem antes disso acontecer no continente português. No caso madeirense, após o ano de 1962 voltavam mais pessoas do que partiam, com poucas exceções⁷¹, evidenciando, fortemente, o definhamento desses fluxos. Contrariamente a este cenário, esse mesmo ano foi para o continente português um período de grande fluxo migratório para as províncias ultramarinas, sobretudo Angola, tendo sido mesmo o ano com maior volume de fixações de metropolitanos naquele território. Este crescimento da mobilidade populacional portuguesa para o ultramar foi, a nível nacional, contínuo até ao ano de 1965 e poderá estar ligado ao desenvolvimento das economias angolana e moçambicana que requeria «cada vez mais quadros técnicos da administração pública, da indústria e dos serviços»⁷².

Para além da baixa incidência do movimento migratório madeirense que se dirigia para o ultramar, em comparação com o registado no continente português, quando o comparamos com o dirigido ao estrangeiro, constata-se, também, que este fluxo não é, de maneira nenhuma, equiparável ao restante. Embora a Madeira detivesse a maior taxa percentual de emigração do país, conforme já foi aqui exposto, só uma pequena porção se dirigia para as províncias ultramarinas, que no seu ponto mais elevado apenas chegou a alcançar a percentagem de cerca de 17% do total migratório madeirense.

Género, Idade e Estado Civil

Analisando as estatísticas demográficas do INE, relativamente à questão de qual o sexo mais representado nestes movimentos migratórios, constata-se que

⁶⁹ Uma nota de esclarecimento para deixar claro que durante este recorte temporal houve anos de pouquíssimas fixações de madeirenses em Angola, caso dos anos 1955 e 1956, que nem chegaram a uma dezena.

⁷⁰ CASTELO, 2004, «A Migração de Metropolitanos para Angola e Moçambique [...]», p. 7.

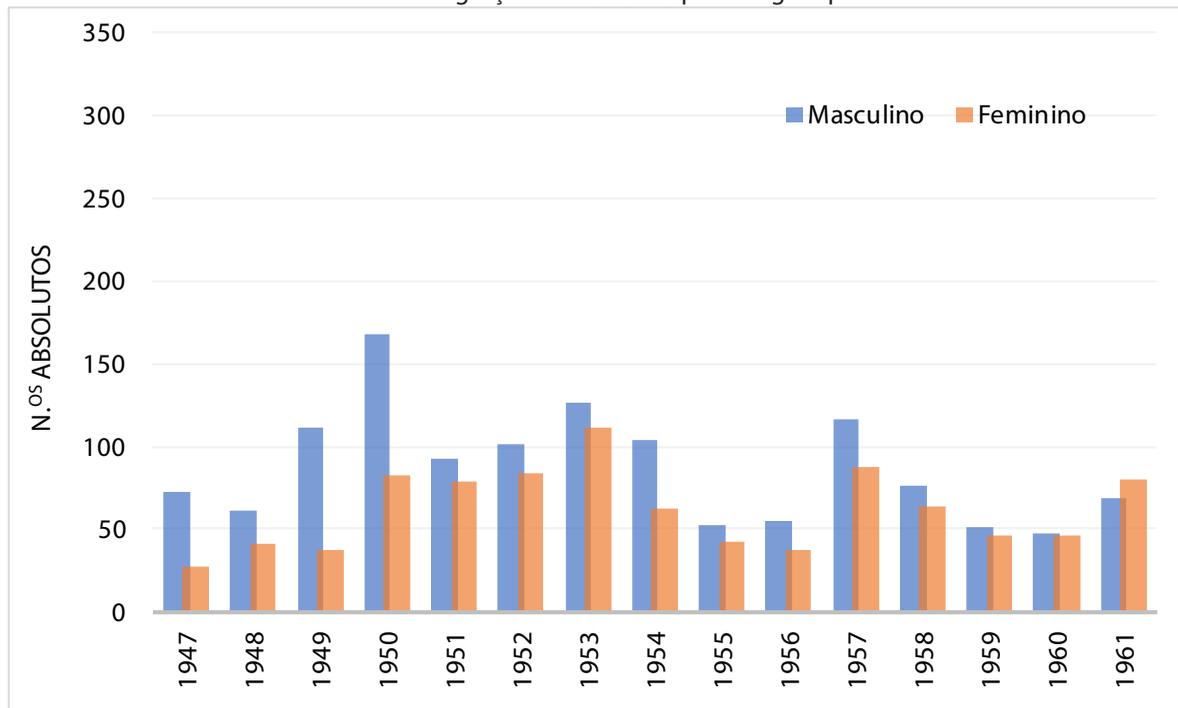
⁷¹ Exceções essas, cujos volumes reduzidíssimos não chegam para se levar em consideração.

⁷² CASTELO, 2004, «A Migração de Metropolitanos para Angola e Moçambique [...]», p. 3.

eram os homens que partiam em número muito superior – na década de 40 o género masculino representava entre 70 a 75 por cento da totalidade destes fluxos –, contudo, gradualmente, essa defasagem foi decrescendo. Na década seguinte, o número de mulheres a partir para as ex-colónias de Angola e Moçambique aproximava-se já do número de homens que prevalecia com uma percentagem de cerca de 58% para Angola e 54% para Moçambique (ver gráficos n.ºs 4 e 5⁷³).

Regista-se que no ano de 1960 ocorreu um fluxo anormal de saída de madeirenses para Moçambique (ver gráfico n.º 5), pessoas na sua grande maioria do sexo masculino – numa percentagem de 87% – maioritariamente solteiros e em idades entre os 20 e 39 anos. Não conseguindo explicar a razão deste acontecimento registamos, contudo, a equivalência ao sucedido a nível nacional, visto este ano ter sido, também, aquele em que mais metropolitanos partiram para aquela província (ver gráficos n.º 4 e 5).

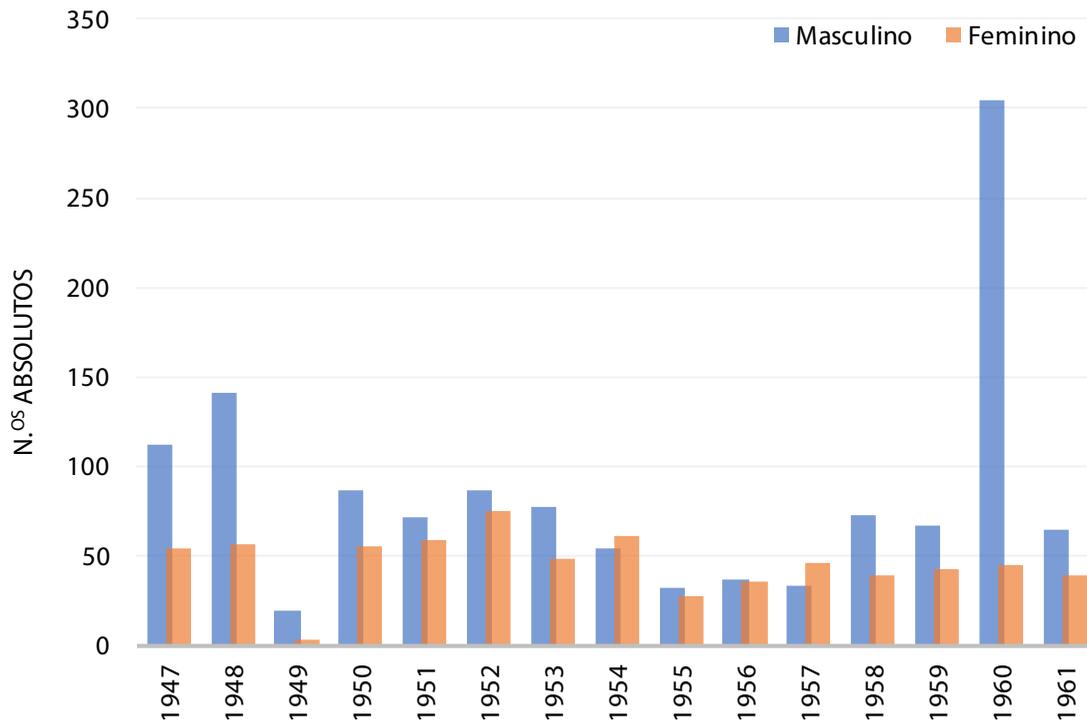
Gráfico n.º 4 – Migração Madeirense para Angola por Sexo



Fontes: INE, 1943-1975: *Anuário Estatístico* (1941 e 1942); *Anuário Estatístico do Império Colonial* (1943 a 1949); *Anuário Estatístico do Ultramar* (de 1950 a 1960); *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar* (de 1961 a 1965); *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas* (de 1966 a 1973); *Estatísticas Demográficas, Continente e Ilhas Adjacentes* (1974).

⁷³ Nestes gráficos e seguintes usamos o recorte temporal entre 1947 e 1961 por ser o período de maior incidência dos fluxos em estudo (representando, por si só, a sua quase totalidade) e, como tal, suficientes para as conclusões que daí advêm.

Gráfico n.º 5 – Migração Madeirense para Moçambique por Sexo

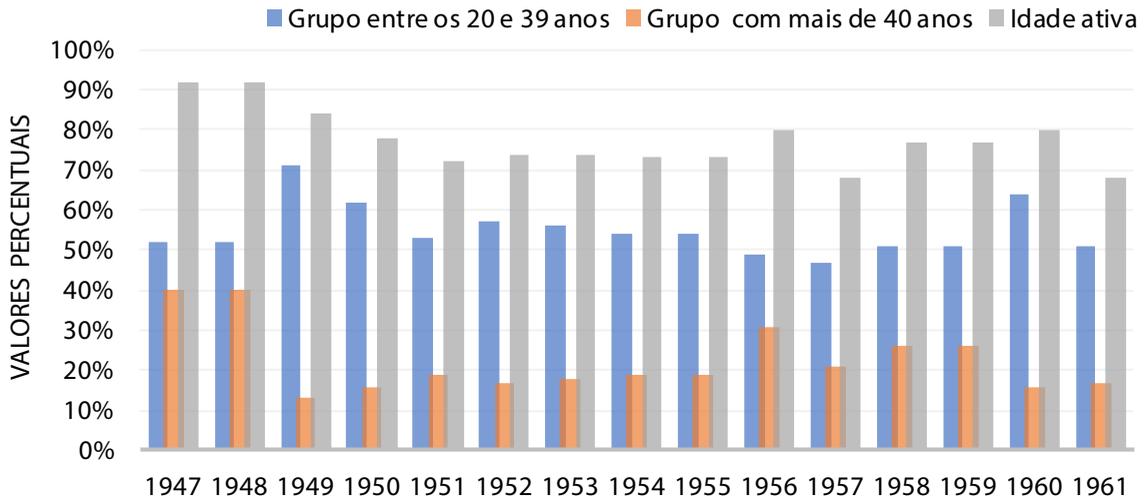


Fontes: INE, 1943-1975: *Anuário Estatístico* (1941 e 1942); *Anuário Estatístico do Império Colonial* (1943 a 1949); *Anuário Estatístico do Ultramar* (de 1950 a 1960); *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar* (de 1961 a 1965); *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas* (de 1966 a 1973); *Estatísticas Demográficas, Continente e Ilhas Adjacentes* (1974).

Quanto à análise da faixa etária da migração madeirense para o ultramar, verifica-se a predominância dos indivíduos em idade ativa, sobretudo no grupo que vai dos 20 aos 39 anos, com percentagens normalmente superiores a 50% do fluxo e em alguns anos a ultrapassar os 60%, caso dos anos de 1949 (71%) e 1950 (62%). O segundo grupo mais expressivo é o de maiores de 40 anos, os quais se constata que, nos primeiros dois anos (1947 e 1948), representavam cerca de 40% do volume total dos fluxos, mas decrescendo nos anos seguintes e não voltando mais a volumes tão expressivos. A média global de embarcados desta faixa etária esteve nos 23%.

No seu conjunto, estes grupos constituem a grande maioria dos embarcados, com uma média percentual conjunta na ordem dos 78% (ver gráfico n.º 6).

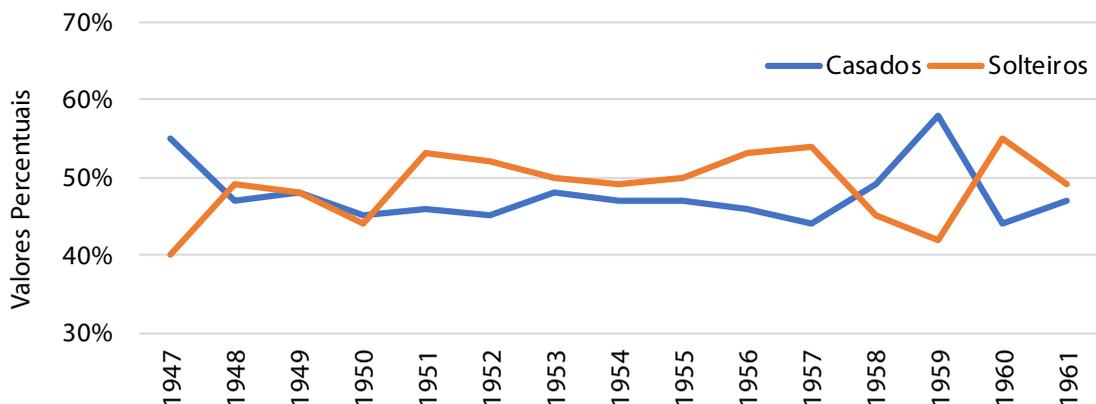
Gráfico n.º 6 – Migração Madeirense para o Ultramar por Faixa Etária



Fontes: INE, 1943-1975: *Anuário Estatístico* (1941 e 1942); *Anuário Estatístico do Império Colonial* (1943 a 1949); *Anuário Estatístico do Ultramar* (de 1950 a 1960); *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar* (de 1961 a 1965); *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas* (de 1966 a 1973); *Estatísticas Demográficas, Continente e Ilhas Adjacentes* (1974).

Relativamente ao estado civil, na generalidade do período estudado, era predominante o número de solteiros embarcados (com exceção dos anos de 1947, 1950, 1958 e 1959), no entanto, as diferenças percentuais existentes foram sempre muito baixas, tendendo para o equilíbrio entre ambos os estados civis, numa diferença percentual inferior a 1% (ver gráfico n.º 7).

Gráfico n.º 7 – Migração Madeirense para o Ultramar por Estado Civil



Fontes: INE, 1943-1975: *Anuário Estatístico* (1941 e 1942); *Anuário Estatístico do Império Colonial* (1943 a 1949); *Anuário Estatístico do Ultramar* (de 1950 a 1960); *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar* (de 1961 a 1965); *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas* (de 1966 a 1973); *Estatísticas Demográficas, Continente e Ilhas Adjacentes* (1974).

Reflexões Finais

Como reflexões finais, começamos por referir que estes movimentos migratórios em estudo, dirigidos às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique, foram diminutos – representando apenas uma pequena fatia da emigração madeirense – nunca ultrapassando a percentagem de 17% do total migratório. Além de reduzidos, foram também menores aos registados no continente português que, também de baixa incidência, apenas chegou a representar cerca de 20% da totalidade do volume de emigrações portuguesas.

Em relação à sua origem, verificamos uma conformidade entre ambos os fluxos – surgiram no ano de 1947 – e também, igual ao sucedido no restante território nacional, podendo a criação da Junta de Emigração ter tido um papel importante nesse fator.

As motivações da partida foram de cariz socioeconómico, tanto em termos de atratividade ao local de acolhimento, quanto em termos de repulsão ao local de origem. As dificuldades económicas existentes na Madeira, conjugadas com a informação de que nas províncias ultramarinas havia melhores condições de vida e trabalho, bem como, de que o Estado português promovia aqueles destinos e não requeria passaporte para viajar (com as inerentes reduções de custos e burocracias) pesavam na escolha.

Constatamos também que os movimentos dirigidos a Angola e Moçambique nunca tiveram constância na sua trajetória, pelo contrário, foram sempre muito instáveis ao longo do tempo (com contínuas subidas e descidas volumétricas).

A procura pelo território moçambicano foi mais expressiva nos primeiros anos, bem como, no seu cômputo geral, ou seja, os madeirenses migraram mais para esta província do que para a região angolana, contrariamente ao sucedido a nível nacional.

Foi possível também auferir que, para além do interesse madeirense pelo ultramar ter sido bem menor e pouco expressivo comparativamente com o verificado no continente português, também findou primeiro na Madeira: isto logo a partir do ano de 1962.

Concluimos que esta migração foi predominantemente masculina, mas cuja discrepância foi sendo gradualmente atenuada e em apenas uma década a representatividade dos homens desceu dos 72% para os 56%.

Em termos de faixa etária, verifica-se que a grande maioria das partidas para o ultramar eram de indivíduos em idade ativa, sobretudo do grupo de maiores de 20 até 39 anos foi (entre 50% a 60%), seguido pelo grupo de maiores de 40.

Quanto ao estado civil, os solteiros eram em maior número na generalidade dos anos, contudo, com diferenças percentuais muito reduzidas (inferior a 1%).

Bibliografia e Webgrafia⁷⁴

- ACNUR, 2019, *Global Trends Forced Displacement in 2019*, disponível em https://www.unhcr.org/5ee200e37/#_ga=2.63459759.1871685821.1609770012-396966400.1607514273, consultado a 4 de janeiro de 2021.
- ALMEIDA, Carlos, BARRETO, António, 1976, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, 3.ª ed., Lisboa, Editora Prelo.
- BAGANHA, Maria Ioannis B., 1994, «As Correntes Emigratórias Portuguesas no Século XX e o seu Impacto na Economia Nacional», in *Análise Social*, vol. 29, n.º 128, 4.ª série, pp. 959-980, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378081S4cET4df4Yh89IX7.pdf>, consultado a 25 de maio de 2021.
- BOSWELL, Christina, 2003, *European Migration Policies in Flux. Changing Patterns of Inclusion and Exclusion*, London, Blackwell Publishing.
- CARITA, Rui, 2017, *História do Funchal*, 2.ª ed., Funchal, Associação Académica da UMa.
- CARMO, Hermano, FERREIRA, Manuela, 1998, *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-Aprendizagem*, 2.ª ed., Lisboa, Universidade Aberta.
- CASTELO, Cláudia, 2007, *Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto, Edições Afrontamento.
- CASTELO, Cláudia, 2004, «A migração de metropolitanos para Angola e Moçambique (1945-1974)», in *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4619665>, consultado a 17 de junho 2021.
- CASTELO, Cláudia, 2009, «Migração Ultramarina: contradições e constrangimentos», in *Ler História* [Online], 56, *Emigração e Imigração*, pp. 69-82, disponível em <http://journals.openedition.org/lerhistoria/1950>, consultado a 17 de junho de 2021.
- CASTLES, Stephen, 2005, *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais*, Lisboa, Editora Fim de Século.
- DECRETO-LEI n.º 7/74, de 27 de julho de 1974, in *Diário do Governo*, n.º 174/1974, 1.º Suplemento, Série I.

⁷⁴ Inclui títulos citados e outros ainda que se revelaram relevantes para o desenvolvimento deste trabalho.

- Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP), Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. e Observatório da Emigração, 2021, *Relatório da Emigração 2020*, disponível em https://portaldascomunidades.mne.gov.pt/images/GADG/Relat%C3%B3rio_da_Emigra%C3%A7%C3%A3o_2020.pdf, consultado a 26 de janeiro de 2022.
- FERREIRA, José Medeiros, 1994, *Portugal em Transe (1974-1985)*, 8.º vol., MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa.
- FERRO, Marc, 1994, *História das Colonizações*, Lisboa, Editorial Estampa.
- FREITAS, Nelly de, 2013, «Entre as vinhas e os Cafezais: o Perfil dos Madeirenses que navegaram rumo a São Paulo entre 1888 e 1899», in *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*, Braga, CITCEM – Universidade do Porto, pp. 77-103.
- FREITAS, Nelly de, 2017, «A emigração da Madeira para São Paulo no final do século XIX: estudo socioeconómico e estatístico», in *Confins* [Online], n.º 31, *Dossiê migração europeia para o Brasil, século XIX e início do século XX*, disponível em <http://journals.openedition.org/confins/12416>, consultado a 17 de junho de 2021.
- GALVANESE, Marina Simões, 2013, *A Junta da Emigração: Os discursos sobre a emigração e os emigrantes no Estado Novo do Pós-Guerra (1947-1970)*, Dissertação de mestrado em História – Universidade de Coimbra, disponível em <https://eg.uc.pt/handle/10316/36014>, consultado a 13 de agosto de 2021.
- GOMES, Joselin, 2018, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- INE, 1943, *Anuário Estatístico: 1941*, Lisboa, Imprensa Nacional, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/262243661>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1944, *Anuário Estatístico: 1942*, Lisboa, Imprensa Nacional, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/262243396>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1945, *Anuário Estatístico do Império Colonial: 1943*, Lisboa, Sociedade Astoria, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462591160>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1945, *Anuário Estatístico do Império Colonial: 1944*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462594830>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1946, *Anuário Estatístico do Império Colonial: 1945*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462594830>, consultado a 12 de janeiro de 2021.

- INE, 1947, *Anuário Estatístico do Império Colonial: 1946*, Lisboa, Tipografia Portuguesa, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462596002>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1950, *Anuário Estatístico do Império Colonial: 1947 e 1948*, Lisboa, Tipografia Portuguesa, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462596773>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1951, *Anuário Estatístico do Império Colonial: 1949*, Lisboa, Sociedade Astoria, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462597890>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1952, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1950-1951*, Lisboa, Tipografia Portuguesa, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462601496>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1953, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1952*, Lisboa, Tipografia Portuguesa, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462603650>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1955, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1953*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462605142>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1956, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1954*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462606064>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1957, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1955*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462613824>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1957, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1956*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462616597>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1958, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1957*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462618658>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1959, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1958*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462619742>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1960, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1959*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462649465>, consultado a 12 de janeiro de 2021.

- INE, 1962, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1960*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462624094>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1962, *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar: 1961*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261962605>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1963, *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar: 1962*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/404689766>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1964, *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar: 1963*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261961843>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1965, *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar: 1964*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261961843>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1966, *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar: 1965*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261960343>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1967, *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas: 1966*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261956714>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1968, *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas: 1967*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261936555>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1969, *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas: 1968*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261935970>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1970, *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas: 1969*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261935449>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1971, *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas: 1970*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261934767>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1972, *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas: 1971*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261930451>, consultado a 12 de janeiro de 2021.

- INE, 1973, *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas: 1972*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261858530>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1974, *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas: 1973*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261855133>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1975, *Estatísticas Demográficas, Continente e Ilhas Adjacentes: 1974*, Lisboa, INE, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/258966441>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 2012, *Censos 2011. Resultados Definitivos – Região Autónoma da Madeira*, Lisboa, INE, disponível em https://estatistica.madeira.gov.pt/jdownloads/Social/Populao%20e%20Condies%20Sociais/Censos/Censos%20%20Publicaes/pdf_-_censos_2011_ram.pdf, consultado a 24 de agosto de 2016.
- IOM, 2022, *World Migration Report 2022*, disponível em <https://worldmigrationreport.iom.int/wmr-2022-interactive/>, consultado a 26 de janeiro de 2022.
- MACQUEEN, Norrie, 1998, *A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império*, Lisboa, Editora Inquérito.
- MARQUES, A. H. Oliveira, 1998, *História de Portugal*, vol. III, *Das Revoluções Liberais aos nossos dias*, 13.^a ed., Lisboa, Editora Presença.
- NAZARETH, Joaquim Manuel, 2004, *Demografia – A Ciência da População*, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Presença.
- NEPOMUCENO, Rui, 2003, *Uma perspectiva da História da Madeira*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.
- NEPOMUCENO, Rui, 2006, *História da Madeira – Uma Visão Actual*, Porto, Campo de Letras.
- OLIVEIRA, Isabel Tiago de, 1997, «Emigração, nas Ilhas portuguesas. Emigração legal, clandestina, retorno e re-emigração», in *Revista População e Sociedade* n.º 3, pp. 215-226, disponível em <https://www.cepese.pt/portal/en/populacao-e-sociedade/edicoes/revista-populacao-e-sociedade-no-3/emigracao-nas-ilhas-portuguesas-emigracao-legal-clandestina-retorno-e-re-emigracao>, consultado a 25 de maio de 2021.
- OLIVEIRA, Isabel Tiago de, 1999, «A Ilha da Madeira, Transição Demográfica e Emigração», in *Revista População e Sociedade*, n.º 5, pp. 25-59, disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/revista-populacao-e-sociedade-no-5/a-ilha-da-madeira-transicao-demografica-e-emigracao>, consultado a 26 de agosto de 2021.

- OLIVEIRA, Isabel Tiago de, 2006, «Indicadores Demográficos nas Regiões Portuguesas entre 1890 e 1981», in *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 38, pp. 141-154, disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/14989>, consultado a 10 de agosto de 2021.
- OLIVEIRA, Isabel Tiago de, 2013, «O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas de 1890 a 2011», in *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*, Braga, CITCEM – Universidade do Porto, pp. 105-135, disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15223.pdf>, consultado a 15 de junho de 2021.
- PEREIRA, Victor, 2009, «Ineficiência, fragilização e duplicidade. O Velho Estado Novo Perante a Emigração para França (1960-1968)», in *Ler História* [Online], 56, *Emigração e Imigração*, pp. 45-68, disponível em <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1944>, consultado a 12 de agosto de 2021.
- PIRES, Rui Pena, 2003, *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Editora Celta.
- PIRES, Rui Pena (coord.) et al., 2020, *Emigração portuguesa 2020: Relatório estatístico*, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL, disponível em <https://hdl.handle.net/10071/21972>, consultado a 31 de agosto de 2021.
- PIRES, Rui Pena et al., 2020, «A emigração portuguesa no século XXI», in *Sociologia, Problemas e Práticas* [Online], n.º 94, pp. 9-38, disponível em <http://journals.openedition.org/spp/7787>, consultado a 17 de junho de 2021.
- PRADA, Susana, 2000, *Geologia e Recursos Hídricos Subterrâneos da Ilha da Madeira*, Dissertação de doutoramento em Geologia – Universidade da Madeira.
- PORTES, Alejandro, 2006, *Estudos sobre as migrações contemporâneas. Transnacionalismo, Empreendedorismo e a Segunda Geração*, Lisboa, Editora Fim de Século.
- RAMOS, Natália, 2015, «Mobilidades e interculturalidades na contemporaneidade: desafios para a Psicologia e a inserção social», in GONDIM, S. & BICHARA, I. (org.). *A Psicologia e os desafios do mundo contemporâneo*, Salvador, UFBA, pp. 267-300.
- RODRIGUES, Teresa, 2010, «Dinâmicas migratórias e riscos de segurança: A velha Europa», in *Relações Internacionais*, n.º 26, pp. 113-129, disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000200010, consultado a 2 de maio de 2017.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.) et al., 1995, *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta.

- ROSAS, Fernando (coord.), 1994, *O Estado Novo (1926-1974)*, 7.º vol., MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- SERRÃO, Joaquim, 1995, *História de Portugal*, vol. IX, *O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*, Lisboa, Editora Verbo.
- SERRÃO, Joel, 1977, *A Emigração Portuguesa – Sondagem Histórica*, 3.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte.
- SILVA, António, 2019, *O império e a constituição colonial portuguesa (1914-1974)*, Lisboa, Imprensa de História Contemporânea, disponível em <https://imprensa.ihc.fcsh.unl.pt/silvaad2019/>, consultado a 13 de janeiro de 2021.
- SOUTO, Odete, 2017, *Os retornados de África – Estudo de caso sobre a sua integração na Madeira*, Dissertação de mestrado em Relações Interculturais – Universidade Aberta.
- TEIXEIRA, Nuno *et al.*, 2005, «Entre a África e a Europa: A Política externa Portuguesa 1890-2000», in PINTO, António C. (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Editora Dom Quixote.
- TEIXEIRA, Vítor, 2009, *Entre a Madeira e as Antilhas. A Emigração para a Ilha de Trindade. Século XIX*, Dissertação de mestrado em Estudos Interculturais – Universidade da Madeira.
- VIEIRA, Alberto (coord.) *et al.*, 2001, *História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional de Educação.
- VIEIRA, Rui, FREITAS, João Abel de, 2008, «A Economia da Madeira no período pré-autonómico», in FREITAS, João Abel de (coord.), *A Madeira na História. Escritos sobre a Pré-Autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 123-187.